

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: o processo ensino-aprendizagem

Aline Marcia Nascimento Ramos Lopes
Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida
Rodrigues (e-mail:alinemn08@gmail.com)

Carla Arantes Rodrigues
Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida
Rodrigues (e-mail:carlarodriguescar@gmail.com)

Rosângela Labre de Oliveira
Orientador (a) do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida
Rodrigues (e-mail:rosangelalabre@hotmail.com)

RESUMO

O presente estudo apresenta reflexões sobre a avaliação na Educação Infantil como processo de ensino-aprendizagem. O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas em documentos legais e conta com as contribuições dos pensadores: Hoffmann, Luckesi, Vasconcellos, Santana, dentre outros célebres teóricos. Consoante, o estudo destaca os processos de constituição da Educação Infantil no Brasil, com o intuito de apresentar o início de um processo totalmente intencional e nada inocente, de uma educação dualista, voltada para a preservação das desigualdades sociais, ou seja, preservar as classes sociais, sendo pobre ou rica, tendo em vista as diferenças de ensino que cada uma necessita. Todavia, a modernização mundial, marcada pelo crescimento das fábricas, aumento de funcionários e de produção, exigiu-se uma instituição administrativa, fato que fez com que o Estado pensasse no atendimento infantil. A princípio, de forma assistencialista e voltada para o cuidado da criança e posteriormente, preocupado com o cuidar, educar e avaliar. Ademais, cabe aqui explicitar que a pesquisa pretende demonstrar que a avaliação na Educação Infantil, faz-se por um trabalho mais democrático e significativo, em função das menores cobranças formais, no sentido de exigência de notas, aprovação e reprovação, conseguindo desenvolver um processo interligado e contínuo de ensino, aprendizado e avaliação. Por conseguinte, a avaliação na Educação Infantil requer um olhar para as concepções sobre o desenvolvimento infantil, compreendendo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Palavras-chave: Educação Infantil. Avaliação. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The present study presents reflections on the evaluation of children's education as the teaching-learning process. This work was conceptualized from the research in legal documents and counts with the contribution of the thinkers: Hoffman, Luckesi, Vasconcellos, Santana, among other renowned theorists. Accordingly, the study

highlights the processes of constitution of Children's Education in Brazil, with the aim to present the beginning of a totally intentional and not innocent process, of a dualist education, focused in the preservation of social inequalities, that is, preserving one's social class, being that poor or rich, seeing as the differences in teaching each need. However, the global modernization, marked by factories growth, increase of workers and production, an administrative institution was demanded, fact that led the state to think of child care. At first, the assistentialist way is focused in child care and posteriorly, preoccupied with care, education and testing. Thus, here it is fitting to make explicit that the research intends to demonstrate that the evaluation in Children's Education, is done by a more democratic and significant work, because of less formal demands, in the sense of demanding grades, passing or failing, managing to develop an interconnected process and continuous teaching, learning and testing. Therefore, Children's Education testing requires a look to conceptions about children's development, understanding the physical, psychological, intellectual and social aspects.

Keywords: Children's Education. Testing. Teaching-learning.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de estudos bibliográficos sobre a avaliação na Educação Infantil, que traz a proposta de como deve ser a avaliação nessa etapa da Educação Básica. Consoante, para falar de avaliação da aprendizagem nessa etapa, foi feito um estudo que resultou na construção da fundamentação teórica, baseada na leitura dos documentos legais e dos pensadores que falam sobre a avaliação na Educação Infantil.

Ademais, o tema de "Avaliação na Educação Infantil" é um assunto polêmico nas instituições escolares, porque possui uma proposta diferente das outras etapas da Educação Básica. Sem o objetivo de atribuir notas, aprovar, classificar ou reprovar, se constitui em uma prática de acompanhamento individual e interligado de ensino, aprendizado e avaliação. Para mais, a avaliação é um processo contínuo na Educação Infantil, sem data específica e sem nenhuma vinculação com o modelo avaliativo das etapas seguintes, sendo assim, é uma proposta de mudança e não de preservação das avaliações como exame e classificação.

No entanto, para que a avaliação seja feita de forma correta, é necessário que se tenha em vista, o desenvolvimento da criança em um todo, assim, o professor deve ser habilitado e ter conhecimento das etapas do desenvolvimento infantil para conseguir fazer uma avaliação precisa. Pois, avaliar é um método que não pode deixar de ser realizado pelo docente nessa etapa, que acompanha e consegue de

forma coerente e justa, analisar o processo de ensino-aprendizagem de todas as crianças.

Doravante, espera-se que o presente estudo não seja lido apenas como um registro do processo educacional e avaliativo da Educação Infantil, mas que venha a se constituir em um elemento que desperte para a reflexão de educadores interessados em questões teóricas e práticas relativas à avaliação, nessa etapa da educação, como possibilidade de mudança e quebra de paradigmas da avaliação institucionalizada, classificatória e excludente. Que a proposta de avaliação contínua e paralela seja ampliada para toda a educação básica.

2 DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

De acordo com o Referencial Nacional Curricular da Educação Infantil (BRASIL, 1988), a concepção de criança é uma construção histórica e, por esse motivo, faz-se necessário compreender esse processo de constituição da Educação Infantil no Brasil, que também é histórica. A criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, de classes sociais diferentes e conseqüentemente, marcada pelo meio social em que se desenvolve. Assim, é possível afirmar que parte das crianças pequenas, brasileiras, enfrenta um cotidiano bastante adverso que as conduz desde muito cedo a uma educação dualista que revela a contradição e o conflito de uma sociedade baseada nas desigualdades sociais.

De tal modo, a preocupação com essa etapa da Educação Básica no Brasil é recente e motivada por ideias modernas e capitalistas, que de acordo com Kuhlmann Júnior (2010), surgem como instituições educacionais a partir da segunda metade do século XIX, compondo-se de creche e jardim de infância. Além disso, as primeiras tentativas de atender a infância foram de um projeto assistencialista e filantrópico, articuladas aos interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos.

Ademais, a saída da mulher para o mercado de trabalho com ênfase no processo de constituição de uma sociedade moderna e capitalista de um período conhecido como Estado Novo (1937- 1945), impulsiona o governo a pensar no atendimento infantil. A princípio em forma de convênios com entidades filantrópicas

e particulares, concomitantemente, transferindo essa responsabilidade para a sociedade civil.

Já, em 1961, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 4.024, se estabeleceu que crianças com idade inferior a 7 anos receberiam educação em escolas maternas, mas a lei estimulou empresas e indústrias a manter instituições para os filhos dos seus trabalhadores. Já na segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5.692 de 1971, “Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior recebam educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes” (art.19) (BRASIL, 1971). Portanto, nessas duas legislações o Estado se abstém de assumir essa responsabilidade.

Todavia, somente a partir da Constituição de 1988 as creches e pré-escolas passariam a compor os sistemas educacionais e todas as crianças passariam a ser sujeitos de direito. Oito anos depois, com a terceira e atual LDB 9.394/96, se reconhece as instituições de atendimento às crianças como parte do sistema educacional. A partir daí, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Destarte, na década de 90 ocorreram várias mudanças, como: ampliação sobre a concepção de criança e garantias aos direitos da criança enquanto cidadã. Assim, cria-se a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a nova LDB, Lei nº9394/96, formaliza a municipalização dessa etapa de ensino e regulariza no seu Art. 29, que nessa etapa, serão destinadas às crianças de até seis anos de idade, com a finalidade de complementar a ação da família e da comunidade, objetivando o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

Em 1998, é criado RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento que procura nortear o trabalho realizado com crianças de zero a seis anos de idade. O documento representa um avanço na busca de se estruturar melhor o papel da Educação Infantil e traz uma proposta que integra o cuidar e o educar, o que é hoje, um dos maiores desafios da Educação Infantil.

Em 2006 são introduzidas na LDB, modificações que antecipam o acesso da criança da Educação Infantil com 6 anos ao Ensino Fundamental; agora de 9 anos, e a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos.

Além disso, como primeira etapa da educação básica, a educação na infância é o início do processo educacional, necessitando de uma proposta direta e assertiva. Por conseguinte, além das LDBs, o Brasil possui seus Planos Nacionais de Educação que determinam as diretrizes educacionais do País.

De tal modo, em 1996, por exemplo, nasce o primeiro Plano Nacional de Educação que possuía vários objetivos que não foram alcançados. Dessa forma, um novo plano – o sancionado em 2014 – foi criado de maneira mais objetiva e com muitos dados estatísticos, o que facilita não só o cumprimento, mas também a sua fiscalização. O Plano Nacional de Educação, estabelecido pela Lei Nº 13.005 e mais conhecido como PNE, é um documento que determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional entre o período de 2014 e 2024.

Nesse Plano foram definidas 20 metas para se aplicar na Educação Básica, sendo que uma das Metas da Educação Infantil seria:

Universalizar, até 2016 a Educação Infantil na pré-escola, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos, até o final da vigência deste PNE (FÓRUM DISTRITAL DE EDUCAÇÃO, 2020).

Uma das ações do PNE é a avaliação externa, procedimento que já acontece no Ensino Fundamental, Médio e Superior. Segundo o SAEB Sistema de Avaliação da Educação Básica, partir de 2019 começou a avaliar-se a Educação Infantil, com o intuito de aquilatar todo o percurso regular da Educação Básica. O SAEB compõe-se por um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), realizar um diagnóstico da Educação Básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

De acordo com essa ação, a Educação Infantil entra no contexto dos exames escolares e pode interferir no processo educacional próprio dessa etapa para alcançar o resultado esperado pelas políticas públicas. Diante dessa proposta, problematiza-se a avaliação como processo pedagógico da Educação Infantil.

2.1 Avaliação na Educação Infantil: um processo de desenvolvimento contínuo

A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares, para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. A partir da década de 90, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo.

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar - especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolvem aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Dessa forma, faz-se necessária uma formação específica para atender essa primeira etapa da Educação Básica, de forma não escolarizada. Essa criança, sujeito de direito, que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e, nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo.

Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil. Segundo Pacífico, Oliveira e Santos (2017, p. 385-386) “é fundamental que os profissionais dessa etapa conheçam as concepções sobre o desenvolvimento infantil, reconhecendo que a criança é um ser histórico e social e que constrói o seu conhecimento”.

Na condição de primeira etapa da Educação Básica, imprime-se uma outra dimensão à Educação Infantil, que é iniciar a formação necessária a todas as pessoas, para que possam exercer sua cidadania. Para isso, reconhece-se que a educação deve ser para o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Fator que evidencia a necessidade de formar a criança como um todo, para promover seu desenvolvimento, o que implica a responsabilidade familiar e institucional.

Por conseguinte, de acordo com a BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009)²⁷, em seu Artigo 4º, definem a criança como sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Cabe assim salientar, que com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização (BRASIL, 2009).

Portanto, antes mesmo de falar de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil é preciso conhecer a proposta educacional para essa etapa, compreendendo uma educação para o desenvolvimento integral da criança e que esse processo é interligado à avaliação, que é contínua e diagnóstica, não tendo nenhuma vinculação com o modelo de avaliação das etapas seguintes. Logo, avaliar na Educação Infantil deve ser direcionado pelo saber do profissional que acompanha o desenvolvimento dessa criança, em todos os seus aspectos:

[...] a avaliação é uma prática social, e por isso é sustentada pelo conhecimento que temos sobre o que estamos avaliando. Portanto, para avaliar bem é preciso conhecer bem. No caso da Educação Infantil, é importante que você conheça, dentre outros aspectos, as diferentes realidades de suas crianças, os fatores que interferem em seus desenvolvimentos e em suas aprendizagens (BRASIL, 2006, p.33).

A avaliação na Educação Infantil é definida a partir dessa concepção de desenvolvimento integrado, de tal modo, deve ser processual, acontecendo de forma sistemática e contínua. Seu acompanhamento e registro têm objetivos de diagnóstico e não de promoção ou retenção, exigindo a redefinição das estratégias metodológicas utilizadas com as crianças.

Segundo Vasconcellos (2006, p. 74), “A avaliação deve ser contínua, ajudando as crianças a, paulatinamente, desenvolvem a capacidade de auto-

avaliação”. A avaliação tem a função de ser o termômetro, o instrumento que acompanha todo o processo de ensino e aprendizado.

A avaliação deve ser contínua para que possa cumprir sua função de auxílio ao processo de ensino-aprendizagem. A avaliação que importa é aquela que é feita no processo, quando o professor pode estar acompanhando a construção do conhecimento pelo educando; avaliar na hora que precisa ser avaliado, para ajudar o aluno a construir o seu conhecimento, verificando os vários estágios do desenvolvimento dos alunos e não julgando-os apenas num determinado momento. Avaliar o processo e não apenas o produto, ou melhor, avaliar o produto no processo (VASCONCELLOS, 2006, p. 70).

A avaliação contínua, portanto, é aquela que mensura cada etapa, cada desenvolvimento da criança de acordo com a sua faixa etária, levando em consideração o aprendizado integral, ou seja, avalia todo o processo de aprendizagem de uma criança. Neste processo, o professor procura métodos eficazes dentro da necessidade de cada criança, buscando conhecer suas habilidades, necessidades e dificuldades para poder auxiliar de maneira significativa.

A Educação Infantil tem um papel muito importante na formação da criança e, em especial, com relação à avaliação, pois é onde socialmente se tem hoje maiores espaços de fazer um trabalho mais democrático e significativo, em função das menores cobranças formais. A educação infantil não deve ceder às pressões das séries posteriores, uma vez que sua forma de avaliar representa o futuro do processo de avaliação de todo sistema educacional, quando não haverá mais notas ou reprovações (VASCONCELLOS, 2006, p. 74).

Outrossim, é fundamental que o ambiente escolar proporcione um papel para o desenvolvimento das crianças, pois ao avaliar, ver-se-á o que poderá ajudar em sua formação. Além disso, uma das principais formas de ajudar nesse desenvolvimento é avaliar de maneira correta pelo qual não prejudique nas próximas etapas da sua vida escolar, sendo assim, buscar métodos para o progresso e aprendizado está ligado ao processo avaliativo diagnosticador, que mostra caminhos para novas práticas.

De tal modo, o professor no processo de avaliação da aprendizagem dos alunos deve acompanhar o desenvolvimento de cada um no dia a dia; sempre buscar um olhar atencioso nas propostas educativas para poder intervir e orientar, baseado nas respostas individuais de cada criança. Para mais, Hoffmann (2005, p. 39),

O processo de avaliação representa um compromisso do professor em investigar e acompanhar o processo de aprendizagem do aluno no seu cotidiano, contínua e gradativamente, buscando, não só compreender e participar da caminhada do aluno, mas também intervir, fazendo provocações intelectuais significativas, em termos de oportunidade de expressão de suas ideias, várias tarefas de aprendizagem, explicações, sugestões de leituras e outros encaminhamentos pedagógicos.

Segundo Hoffmann (2005, p. 81), é necessário respeitar a realidade do aluno, os seus limites e suas possibilidades, entretanto, esses quesitos só poderão ser respeitados se forem compreendidos pela vivência de um professor. Essa etapa da educação exige a quebra de paradigmas para a transformação da prática avaliativa. É aqui, que fica evidente o verdadeiro papel da avaliação. Porém, como na Educação Infantil não há necessidade de notas ou resultados avaliativos para a promoção, essa prática pode assumir com mais facilidade o seu papel de diagnóstico individual do desenvolvimento da criança.

Segundo Luckesi (2005, p. 42), para que a avaliação assume o papel de instrumento de diagnóstico para o crescimento da educação das crianças, terá de estar a serviço da Pedagogia que se preocupa com a transformação e não com a conservação. Portanto, é necessário utilizar o modelo de avaliação da Educação Infantil para pensar uma transformação no modelo de avaliar do Ensino Fundamental, que ainda utiliza a avaliação para a classificação, aprovação e reprovação.

A avaliação deve ser o instrumento que orienta o educador a pensar sobre a sua prática docente e o desenvolvimento do aluno. Por meio dela, é possível reconhecer os erros e acertos ao longo das suas aulas, explicitar também ao professor o que é preciso mudar na prática para alcançar os objetivos desejados.

Segundo Pacífico, Oliveira e Santos (2017, p. 389), a avaliação não depende somente de a criança querer no momento, mas sim, de um todo. Nesse processo é incluído o ambiente escolar, os materiais pedagógicos utilizados, a atividade proposta e, principalmente todos os adultos em volta da criança estarem envolvidos.

A avaliação na Educação das crianças não é para medir conhecimento, pois conhecimento não se mede, portanto, ao avaliar uma criança deve-se considerar o quanto ela conseguiu aprender durante esse processo de aprendizagem escolar, e não julgar uma criança pelo que ela fez ou deixou de aprender, durante a avaliação. É imprescindível lembrar que cada criança tem o seu tempo, suas necessidades, habilidades e dificuldades.

No processo de avaliação, a história da criança deve ser considerada, suas conquistas valorizadas e suas descobertas apreciadas ao pensarmos em formas de intervenção que possam favorecer o desenvolvimento infantil, a ampliação de seus conhecimentos e seu crescimento de um modo geral (BRASIL, 2006, p. 40).

Quando o professor for avaliar uma criança, ele precisa considerar o grupo social em que a criança vive e o seu ambiente familiar, pois algumas vezes esses são fatores pelos quais a criança não consegue desenvolver-se, e sendo assim, o professor, conhecendo seus alunos, não terá dificuldade ao avaliar cada aprendiz de maneira correta.

Quando pensamos em avaliação, não é possível deixar de considerar quais são nossas ideias sobre quem é a criança, quais são as suas experiências, como ela aprende, como se desenvolve. São essas ideias que irão influenciar em nossa atuação com ela e no olhar que lançaremos em sua direção. Somos mediadores do olhar da criança sobre o mundo, sobre si mesma e sobre o outro. É preciso OBSERVAR, ESCUTAR E DIALOGAR COM A CRIANÇA (BRASIL, 2006, p. 43).

Portanto, não se deve esquecer que as crianças precisam ser bem observadas para que durante sua avaliação, o educador analise os pontos que foram fundamentais e trouxeram benefícios para o seu processo de ensino-aprendizagem. A criança tem que ser avaliada de acordo com o seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo pelo qual, lhes ofertem um ensino de qualidade e utilizando métodos para que cada uma possa usufruir e desenvolver-se.

Em consonância, a proposta metodológica do professor será um meio para o desenvolvimento individual e coletivo das crianças. A forma como as elas aprendem ou desenvolvem é particular. É no momento de execução da tarefa que deve acontecer a avaliação, que é individual e paralela a todo o processo educacional.

Além disso, é preciso compreender que a criança ao entrar em sala de aula, leva consigo uma bagagem de conhecimentos que são adquiridos em casa. A escola e a família devem andar de mãos dadas para que assim a criança consiga ter um aprendizado significativo. Segundo Pacífico, Oliveira e Santos (2017, p. 390), os alunos possivelmente reproduzem em casa e na escola, suas experiências que são suas aprendizagens. Esses saberes devem ser observados desde o primeiro dia de aula, desta forma, a avaliação na Educação Infantil, se torna o início, meio e fim do processo.

A observação é o primeiro passo para uma avaliação contínua de todo o processo. Ela acontece pelo olhar atencioso e profissional de quem propõe a atividade para o desenvolvimento da criança:

Sendo a observação das crianças um fundamento essencial da avaliação, essa não pode se basear numa observação informal, exigindo um processo intencional e sistemático, que implica registros que possam ser posteriormente analisados, interpretados e refletidos (SILVA, 2014, p.146).

Observar para registrar exige um saber sobre a realidade, os processos e desenvolvimentos de cada criança. É a história individual, a construção da identidade feita pelo olhar e escrita do adulto. Sobre a observação como instrumento de avaliação, Hoffmann (2008, p. 55 e 56), afirma que:

A observação é uma ação estudiosa da realidade. Estudo quando tenho uma pauta. Quando eu direciono o meu olhar. Quando observo eu ordeno, seleciono, diagnostico significados, classifico questões. É uma ação altamente reflexiva. É diferente do que registrar mecanicamente tudo o que vê ou estar ali, olhando.

Ao elaborar o registro da observação é necessário compreender a individualidade e os processos de formação cultural de cada criança. Daí, a necessidade de um registro diário, anotações que facilitem a construção de uma avaliação real e significativa da história de cada criança. Assim sendo, o registro individual se torna o que Hoffmann (2008, p. 55 e 56), chama de:

[...] um instrumento socializador de suas conquistas históricas, favorecendo o surgimento de outros olhares reflexivos sobre sua história, tornando-a singular para muitas outras pessoas, e, ao mesmo tempo, contextualizando o seu processo evolutivo e natural de desenvolvimento.

Concordante, ao analisar o processo avaliativo da Educação Infantil é preciso reconfigurar a ideia da avaliação. Desconstruir o problema central da avaliação como exame. Compreender a avaliação como processo de aperfeiçoamento das práticas e não como instrumento classificatório.

O problema central da avaliação, portanto, é o seu uso como instrumento de discriminação e seleção social, na medida em que assume, no âmbito da escola, a tarefa de separar os “aptos” dos “inaptos”, os “capazes” dos “incapazes” (VASCONCELLOS, 2006, p.35).

É incorreto avaliar utilizando o método de separação, ou seja, seleção dos que são mais aptos ou inaptos, pois a partir do momento que há classificação, a educação deixa de ser emancipatória e inclusiva.

Avaliar em educação significa acompanhar estas surpreendentes mudanças “admirando” aluno por aluno em seus jeitos especiais de viver, de aprender a ler e a escrever, em suas formas de conviver com os outros para ajudá-los a prosseguir em suas descobertas, a superar seus anseios, dúvidas e obstáculos naturais ao desenvolvimento (HOFFMANN, 2008, p.59).

Ao avaliar o professor deve admirar o desenvolvimento de cada um, sabendo elogiar seus progressos e demonstrar o quanto cada criança é importante para o desenvolvimento da escola, da nossa sociedade de si própria. A avaliação deve ser o desafio da criança e do professor, que precisa detectar a necessidade individual para propor o apoio necessário para crescimento.

A finalidade da avaliação não é a de descrever, justificar, explicar o que o aluno “alcançou” em termos de aprendizagem, mas a de desafiá-los todo tempo a ir adiante, a avançar, confiando em suas possibilidades e oferecendo-lhes, sobretudo, o apoio pedagógico adequado a cada um (HOFFMANN, 2008, p. 103).

Ao aceitar a avaliação como instrumento orientador da prática educacional é possível planejar um processo contínuo de construção de habilidades individuais que favorecerão a construção sociocultural de identidades e formação integral de cada criança.

A avaliação na educação infantil se refere aquela feita internamente no processo educativo, focada nas crianças como sujeitos e coautoras de seu desenvolvimento. Seu âmbito é o microambiente, o acontecer pedagógico e o efeito que gera sobre as crianças. A avaliação da educação infantil toma esse fenômeno sociocultural (‘a educação nos primeiros cinco/seis anos de vida em estabelecimentos próprios, com intencionalidade educacional, formalizada num projeto político-pedagógico ou numa proposta pedagógica’), visando responder se e quanto ele atende à sua finalidade, a seus objetivos e às diretrizes que definem sua identidade (DIDONET, 2014, p. 340).

As crianças da Educação Infantil necessitam de atenção, acompanhamento e estudos de profissionais que compreendam o processo educacional dessa etapa, respeitando suas manifestações, seus recursos de exploração do meio, de seu corpo e de si mesmas para que possam aprender brincando. A avaliação na

Educação Infantil é voltada para o avanço da criança e a transformação das práticas do professor.

Desta forma, a avaliar de maneira classificatória e excludente não pertence a essa etapa da educação. As avaliações externas que surgem com o objetivo de melhorar a qualidade da educação nessa etapa, não devem ser de um modelo da escola tradicional que conserva suas práticas. Ao contrário, o modelo de avaliação de Educação Infantil, deve ser levado para as demais etapas da educação. Uma avaliação que não tem a preocupação com a nota e classificação, mas sim, com o desenvolvimento individual do sujeito, uma ferramenta de auxílio para as novas práticas do professor, sendo assim, diagnóstica, contínua e emancipatória.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vemos, a trajetória histórica do atendimento à criança e às instituições de Educação Infantil no Brasil estiveram fortemente ligadas às desigualdades sociais de uma educação dualista, que preserva e conserva em sua estrutura as relações de poder e de capital de um grupo social.

Porém, na realidade atual é preciso combater a visão simplificada de Educação Infantil sem clareza, de qual educação se pretende proporcionar nas instituições, para evitar que essa etapa acabe por sugerir o modelo escolarizado do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A proposta de colocar a Educação Infantil para realizar exames escolares, pode interferir no processo educacional próprio dessa etapa. Mudar o foco de pensar uma educação avaliativa preocupada com cada criança para a preocupação com a instituição, com os resultados de uma avaliação que atenda o patamar das políticas públicas. Esse processo pode descaracterizar essa etapa educacional que tem suas especificidades próprias da natureza infantil.

Além disso, ampliar o debate em torno da Avaliação na Educação Infantil é uma forma de problematizar os saberes sobre o desenvolvimento infantil e as práticas instituídas pela Lei e pelo discurso de qualidade. A ampliação do controle nas instituições educacionais de Educação Infantil, chega de forma silenciosa.

A avaliação da aprendizagem está inteiramente ligada ao processo de ensino aprendido. As práticas pedagógicas estão voltadas para o processo de

desenvolvimento integral de cada criança, por meio das práticas lúdicas, das interações com o outro, consigo e com o mundo.

Portanto, a avaliação nessa etapa é feita pelo olhar e registro do professor, e isso acontece diariamente, paralela às atividades e de forma contínua. Não há tempos determinados para o ensino, aprendizado e avaliação. A criança vai se desenvolvendo por meio das propostas de atividades e interações, e o docente vai acompanhando, avaliando e possivelmente fazendo as intervenções necessárias. O processo de avaliação na Educação Infantil representa o compromisso do professor, porque está inteiramente ligado ao olhar e nas mãos de quem propõe e acompanha o percurso individual de cada criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 12 de agosto de 1971. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm#:~:text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.&text=1%C2%BA%20Para%20efeito%20do%20que,m%C3%A9dio%2C%20o%20de%20segundo%20grau>. Acesso em: 21 set. 2020.

_____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. **Introdução: a criança**. Brasília: MEC/SEF, 1988.

_____. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. **A qualidade na perspectiva da legislação dos órgãos oficiais no Brasil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. **Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

DIDONET, Vital. **Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil: a avaliação na e da Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

FÓRUM DISTRITAL DE EDUCAÇÃO. **Meta 1**. Disponível em: <<http://escolas.se.df.gov.br/fde/images/metas/meta01.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2020.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois.** 1.ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

_____. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação.** 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PACÍFICO, Juracy Machado; OLIVEIRA, Ana Paula Salgado Beleza; SANTOS, Gisele Caroline Nascimento. **Avaliação na Educação Infantil: acompanhamento e instrumentos de registros.** Santarém: Revista Exitus, 2017.

SILVA, Isabel Lopes da. **Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil: perspectivas e práticas da avaliação em educação infantil.** Porto Alegre: Mediação. 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar.** 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.